

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

Geraldo Gonzaga Muniz

**A ATUAÇÃO DO NESTH NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA VIA PROEXT**

Belo Horizonte
2013

Geraldo Gonzaga Muniz

**A ATUAÇÃO DO NESTH NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA VIA PROEXT**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Carlos Roberto Horta

Belo Horizonte
2013

Geraldo Gonzaga Muniz

**A ATUAÇÃO DO NESTH NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA VIA PROEXT**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Carlos Roberto Horta (Orientador) – UFMG/DCP

Geralda Luiza de Miranda – UFMG/DCP

Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus familiares - irmãos e irmãs - pela educação e criação e apoio. Aos meus colegas pela parceria e amizade e pela solidariedade. Deixo aqui também meu profundo agradecimento aos professores pelos ensinamentos e comprometimento em transferir conhecimento e aos funcionários da secretaria, Marlene e Vander, pelas informações e atenção às minhas demandas durante o curso.

Agradeço em especial ao professor Beбето pela dedicação, paciência e orientação na produção desta monografia e aos colegas do Núcleo de pesquisa em especial à Flávia Assis por sua contribuição e memória, que tanto contribuiu para a pesquisa documental desta monografia.

Finalmente, a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para que eu realizasse este trabalho e concluísse o curso de Graduação em Gestão Pública.

“A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no curriculum e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural”.

Boaventura de Souza Santos (2004).

RESUMO

Este trabalho é um levantamento das ações do NESTH – Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais na implementação das políticas públicas de Economia Solidária através de programas e projetos aprovados pelos editais do PROEXT – Programa de Extensão Universitária do MEC – Ministério da Educação.

Pretendo demonstrar que os núcleos de pesquisa, aqui no caso o NESTH, têm um papel importante na articulação do governo com a sociedade através dos programas de extensão universitária, tanto nas ações de pesquisa, avaliação e na implementação de políticas públicas.

A escolha do Núcleo e da temática de Economia Solidária não foi aleatória, mas sim objetiva, dada a importância desta economia na inclusão social das populações de baixa renda e de sua pouca expectativa de inserção no atual mercado de trabalho, cada vez mais competitivo. Neste sentido, as ações de capacitação e formação promovidas pelo NESTH são de vital importância para a geração de trabalho e renda a essas populações.

Palavras-chave: Economia Solidária, políticas públicas, implementação, inclusão social, pesquisa e extensão.

ABSTRACT

This work is a survey of the actions of NESTH - Center for Research on Human Work UFMG - Federal University of Minas Gerais in the implementation of public policies for Solidarity Economy through programs and projects approved by the edicts PROEXT - University Extension Program MEC - Ministry of Education.

I intend to demonstrate that the research centers here in case the NESTH, have an important role in the articulation of government with society through university extension programs, both in the actions of research, evaluation and implementation of public policies.

The Center's choice for the thematic of Economy Solidarity was not randomic, but due to the importance of this kind of economy to the social inclusion of low-income populations and their little expectation of joining current job market, that is strong increasingly competitive. In this sense, the actions of training and education developed by NESTH are vital for generating employment and income to these populations.

Keywords: Solidarity Economy, public policy , implementation , social inclusion , research and extension.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I - O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO MEC	11
II - A ECONOMIA SOLIDÁRIA	15
1 - Política Pública de Economia Solidária	15
2 - Economia Solidária: Breve Histórico	17
III - O NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE O TRABALHO HUMANO DA UFMG E O PROEXT	22
1 - O Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano da UFMG	22
2 - O NESTH e o PROEXT	27
CONCLUSÃO	31
BIBLIOGRAFIA.....	33

SIGLAS E ABREVIATURAS

CENAFOCO – Centro Nacional de Formação Comunitária
CODAE - Coordenação das Atividades de Extensão
CONAES - Conselho Nacional de Economia Solidária
CRUTAC/MEC - Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
CUT – Central Única dos Trabalhadores
ES - Economia Solidária
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FORPROEX – Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FRM – Fundação Roberto Marinho
FSM – Fórum Mundial Social
GT-Brasileiro - Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária
IBEIDS – Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEC – Ministério da Educação.
MME – Ministério de Minas e Energia
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NESTH – Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano
NEVALES – Núcleo de Economia do Vale
OT - Observatório do Trabalho
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE – Plano Nacional de Educação
PNQ – Plano Nacional de Qualificação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEXT – Programa de Extensão Universitária
PROEXTE – Programa de Fomento à Extensão Universitária
PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
SCJS – Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDESE – Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SGM – Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social
UFMG - Universidade Federal de Minas
UFT – Universidade Federal de Tocantins
UNE – União Nacional dos Estudantes
URBEL – Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresento uma sistematização das ações do NESTH através do PROEXT – Programa de Extensão Universitária do MEC – Ministério da Educação, na implementação de Políticas Públicas de Economia Solidária. Para tal proposta pretendo demonstrar como se articulam esses programas nas universidades públicas de Ensino. Aqui no caso o NESTH – Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

Pretendo demonstrar que este Núcleo de pesquisa têm um papel importante na articulação do governo com a sociedade através dos programas de extensão universitária, tanto nas ações de pesquisa, avaliação e na implementação de políticas públicas de Economia Solidária.

Saliento que a escolha do Núcleo e da temática de Economia Solidária não foi aleatória, mas sim objetiva dada a importância desta economia, na inclusão social das populações de baixa renda e de sua pouca expectativa de inserção no atual mercado de trabalho, cada vez mais competitivo. Neste sentido, as ações de capacitação e formação promovidas pelo NESTH são de vital importância para a geração de trabalho e renda a essas populações.

Para uma melhor compreensão do leitor, este trabalho está dividido em 03 (três) capítulos, além desta introdução e da conclusão. No primeiro capítulo, descrevo o processo da conformação atual do PROEXT. O segundo capítulo está dividido em três seções: Na primeira descrevo sobre as Políticas de Economia Solidária; na segunda faço um breve relato da ES em geral e na terceira no Brasil. No terceiro, na primeira seção descrevo sobre a criação do NESTH e suas atuações e na próxima seção relato sobre a atuação desse Núcleo nos Programas de Extensão do MEC, o PROEXT.

A importância destes capítulos, muitos deles voltados para a apresentação dos históricos dos temas apresentados, é para dar uma melhor compreensão do assunto e do processo de implementação das políticas de Economia Solidária.

A metodologia utilizada na produção desta monografia foi a pesquisa documental realizada nos arquivos do NESTH, nos sites oficiais das agências do Governo vinculadas ao Programa de Extensão (PROEXT), e o levantamento bibliográfico.

I - O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO MEC

O objetivo deste tópico é demonstrar o processo da conformação atual do PROEXT – Programa de Extensão Universitária, ou seja, relatar, de forma sucinta, o histórico deste programa.

Diferentemente da informação que consta, no site do MEC – Ministério da Educação, e conforme relatado nos próximos parágrafos, o PROEXT é fruto da retomada do PROEXTE – Programa de Fomento à Extensão Universitária de 1993.

O Programa de Extensão Universitária (ProExt) tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social (site do MEC).

O Programa de Extensão Universitário como veremos a seguir, sempre estiveram ligados aos interesses dos governos. Salientar esta interrupção do Programa em 1995 é importante, porque evidencia o pouco interesse do Governo FHC em políticas de educação. Governo esse marcadamente compromissado com as políticas neoliberais do Consenso de Washington à época¹ (Wikipédia, Nov/2013), pouco compromissado com as populações excluídas, Público alvo das metas das ações extensionistas pactuadas entre Pró-Reitores e movimentos, em 1992. (Nogueira, 2005).

De acordo com o FORPROEX – Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, as primeiras manifestações de atividades de extensão universitária, no Brasil, foram os cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos na década de 1920, sob a influência da Inglaterra e dos Estados Unidos respectivamente.

Nas décadas de 1950 e início da de 1960, os estudantes universitários brasileiros, através da UNE – União Nacional dos Estudantes:

¹ **Consenso de Washington** é um conjunto de medidas - que se compõe de dez regras básicas - Disciplina fiscal, Reforma tributária, Juros de mercado, Câmbio de mercado, Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas, entre outras - formulado em novembro de 1989 por economistas ligados ao FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades (Wikipédia:2013).

organizaram movimentos políticos e culturais de forte compromisso social e buscaram uma atuação Inter profissional que foram reconhecidos comofundamentais para a formação das lideranças de que carecia o País, além de demonstrarem forte compromisso social e buscarem uma atuação interprofissional, por meio de metodologias que possibilitavam a reflexão sobre sua prática (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012).

Apesar da pouca influência dos estudantes da UNE para a institucionalização da extensão universitária, esse movimento acabou por contribuir para o fortalecimento da sociedade civil.

No Brasil, tanto nos governos ditatoriais e os de perspectivas democráticas, as políticas de extensão universitárias sempre foram vistas como mais um instrumento de política social compensatória. No contexto da ditadura o Projeto Rondon com seu caráter cooptativo e muito subordinado às políticas de segurança Nacional, a extensão universitária foi imposta como parte de uma política obscurantista e manipulatória. Mesmo superado o regime militar e já sob a hegemonia do projeto neoliberal, o Governo Federal continuou tratando as políticas de extensão universitária como um meio de minimizar, com o assistencialismo, os efeitos negativos das políticas macroeconômicas sobre os salários, os investimentos em infraestrutura, condições de vida das populações carentes, etc. (Nogueira, 2005).

Novas iniciativas surgiram na década de 1970. Com o objetivo de propor medidas destinadas à institucionalização e fortalecimento da Extensão Universitária o MEC - Ministério da Educação e Cultura e o Ministério do Interior criaram a Comissão Mista CRUTAC/MEC (Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária). Dentre as várias propostas dessa comissão, destaca-se a de criação da CODAE - Coordenação das Atividades de Extensão que só foi efetivamente implantada em 1974. Entre as primeiras produções desta Comissão está o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Este, sob a influência das ideias de Paulo Freire (1992), a Extensão foi então definida como:

“ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular. Nessa perspectiva, as camadas populares deixaram de ser o objeto para se tornarem o sujeito da ação extensionista, denotando, assim, avanços significativos em relação à noção de Extensão Universitária construída na década anterior” (NOGUEIRA, 2005).

O processo de redemocratização brasileira, no final da década de 1970 e início da de 1980, e os avanços introduzidos pelo Plano de Trabalho de Extensão Universitária praticamente coincidiram com o enfraquecimento do Regime Militar e também com uma revitalização das sociedades civil e política brasileiras. Neste contexto histórico,

surgiram inúmeros movimentos populares e associações civis, inclusive sindicais, e foram implementadas “reformas na legislação partidária permitindo assim, a criação de novos partidos políticos e a aprovação da anistia política” (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012:7). E ainda, neste mesmo contexto, foram redefinidas as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão e questionada a visão assistencialista das ações extensionistas. A partir de então, a Extensão Universitária passou a ser percebida como:

Um processo que articula o Ensino e a Pesquisa e se relaciona com os novos movimentos sociais. Embora ainda restrita à dimensão processual, a busca da institucionalização da Extensão tornou-se o principal desafio. O entendimento era de que essa institucionalização deveria envolver toda a Universidade Pública (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012).

O Programa de Extensão Universitária relaciona-se com a priorização por parte do Governo Federal em vários programas e investimento, desenvolvidos no âmbito do MEC, com destaque para PROEXT – Programa de Extensão Universitária.

Cabe salientar aqui que este processo de reformulação de políticas e ações para o Programa de Extensão é fruto de ações de vários segmentos da sociedade civil e do Fórum de Pró-Reitores (1987), que proporcionaram à comunidade acadêmica as condições para reformular a Extensão Universitária. No I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, um novo conceito foi pactuado:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *praxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987, apud Política Nacional de Extensão Universitária, 2012).

Em consonância com as definições pactuadas no FORPROEX/1987, a Constituição Brasileira de 1988 preceitua, em seu Artigo 207 a “indissociabilidade entre

ensino, pesquisa e extensão” e estabelece no Artigo 213, § 2º que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012:8).

Outros avanços nas ações da extensão universitária contaram fortemente com a colaboração do FORPROEX, entre eles podemos destacar três momentos de suma importância esta institucionalização:

- A criação PROEXTE, em 1993, atualmente com a denominação de PROEXT;
- O PNEXT – Plano Nacional de Extensão, elaborado e aprovado pelo FORPROEX, em 1998;
- O PNE - Plano Nacional de Educação, para o decênio 2001-2010 (PNE 2001-2010), aprovado pela Lei nº 10.172, em 2001.

Assim, no que se refere à legislação brasileira e as regulamentações do FORPROEX:

“A extensão universitária adquire uma significativa densidade institucional e deixa de ser vista como um conjunto de processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos por meio de cursos, conferências ou seminários; de prestações de serviços, tais como, assistências, assessorias e consultorias” e passa a ser (re)conceituada como um importante instrumento de democratização do conhecimento acadêmico (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012).

Ainda há um longo caminho a ser percorrido, mas o podemos notar é que ao longo das décadas de 1990 e 2000, a extensão vem se fortalecendo a partir do Decreto nº 6.495 de 30 de Junho de 2008. O PROEXT é um indicador desses fortalecimento, especialmente por conta com uma política de fomento, ou seja conta com financiamento Federal. No próximo capítulo, espero demonstrar a regularidade deste Programa nos projetos aprovados pelo NESTH/UFMG.

II - A ECONOMIA SOLIDÁRIA

1 - Política Pública de Economia Solidária

A ES - Economia Solidária no Brasil foi uma estratégia dos movimentos sociais para o combate às péssimas condições de vida das populações pobres, e atualmente é, dentre outras políticas de inclusão social, uma estratégia governamental. Está alicerçada em atividades econômicas de caráter associativo e autogestionário, que geram trabalho e renda e que podem promover a inclusão social, o desenvolvimento econômico e cultural.

Apesar dos avanços institucionais desta política, descrito na próxima seção. Este é ainda um setor que tem ficado invisível para o Estado e suas políticas. O Estado brasileiro está arquitetado para promover o desenvolvimento capitalista e não enxerga outras estratégias econômicas que não funcionem nesta mesma lógica. Assim a ES arquitetada sobre outras bases (Autogestão, solidariedade, etc.), é vista como residual, subordinada, e, quando muito, com méritos compensatórios aos impactos das crises do capitalismo. Desta forma, a ES tem se difundido apenas com estratégias próprias ou com apoio de políticas públicas residuais ou inadequadas, o que lhes dá poucas oportunidades de romper os círculos de reprodução da pobreza (Schwengber: 2004).

As políticas públicas de fomento para ES fazem parte do reconhecimento, por parte do Estado, destes novos sujeitos sociais que reivindicam acesso aos direitos de cidadania, novas formas de produção, reprodução e distribuição social proporcionando, a este segmento, o acesso aos bens e recursos públicos para o seu desenvolvimento. Mesmo com o reconhecimento do Estado da necessidade de implementar políticas para ES como a criação das SENAES e o Programa de Extensão do MEC, ainda são políticas muito limitadas, de pouca capilaridade e com um baixo volume de recursos, ou seja, é uma política pouco eficaz na promoção da inclusão social.

O papel do Estado frente à Economia Solidária é o de promovê-la por meio de políticas públicas adequadas que disponham de instrumentos e mecanismos ao reconhecimento e o fomento deste setor.

As políticas públicas de fomento à ES devem ser implementadas como uma política de desenvolvimento e não pode ficar relegada às políticas de corte assistencial

ou compensatório, antes deve ser um estímulo à emancipação dos seus beneficiários. Como salienta Schwengber²:

“Por ser política de desenvolvimento e por voltar-se para um público-alvo que historicamente tem ficado excluído ou que vem progressivamente ampliando os graus de pobreza e exclusão social, esta política demanda ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e sustentabilidade” (2004 pág. 2).

É primordial que as políticas de fomento à ES percebam a diversidade dos sujeitos envolvidos nesta economia e de suas demandas. Assim, faz-se necessário estruturar uma política que permita um acesso diversificado e escalonado aos seus instrumentos e mecanismos, objetivando o alcance a uma produção de desenvolvimento sustentável e de pertencimento social. Daí a necessidade de políticas que promovam a redistribuição de renda, bens e recursos, e que também permitam acesso aos direitos sociais e que promovam o desenvolvimento econômico.

Mas o que não pode é o movimento dos trabalhadores desde setor econômico apenas aguardar uma intervenção do Estado, eles devem ter em mente que as conquistas políticas e sociais, desde a Revolução Francesa e Inglesa no início do século XIX, só vieram das lutas dos trabalhadores Organizados, em sindicato, cooperativas, associações, comprovado historicamente pelas lutas e conquistas do movimento sindical europeu:

“As duas investidas do movimento trabalhista inglês entre as duas revoluções de 1830 e 1848 proporcionaram também aos trabalhadores no continente o esquema de suas próprias lutas classistas. Com os resultados alcançados, os trabalhadores ingleses haviam dado a prova concreta de que era possível, através das ações do proletariado, levar o poder público a intervenções socio-políticas, a forçar, pela luta sindical imediata, concessões em matéria de política salarial e a melhorar o padrão de vida e o nível educacional da classe obreira, em contraposição às tendências - "naturais" sem luta de classes - de depauperamento das massas” (Wolfgang: 1977).

Finalmente, as políticas de fomento à ES devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores deste setor e a constituição do sujeito político, elementos essenciais para a institucionalização dos direitos e para o fortalecimento das esferas públicas democráticas no país. Nessa direção, o controle social das políticas públicas, por parte dos atores envolvidos nos movimentos de ES, como Fórum, Conselhos e etc., torna-se fundamental para o alcance dos seus objetivos e deve ser observado contínuo e permanente.

² Coordenadora da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

2 - Economia Solidária: Breve Histórico

A economia solidária, segundo Paul Singer, nasce da reação ao grande empobrecimento dos artesãos, expulsos dos mercados, pela introdução de máquinas (novas tecnologias) e da organização fabril da produção na Revolução Industrial inglesa. A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites e comprometia até mesmo a reprodução biológica dos trabalhadores: *“As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar”* (2002), daí a necessidade de se organizarem em cooperativas (produção coletiva), como forma de auferir rendimentos para a própria subsistência. É um conceito utilizado para “definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão” (Singer: 2002). As características das organizações econômicas solidárias fundamentam-se em duas especificidades:

- a) *“estimulam a solidariedade entre os membros através da prática da autogestão”* e
- b) *“praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com especial ênfase na ajuda aos menos favorecidos”* (Singer: 2002).

Um dos princípios da Economia Solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção. A tomada das decisões e deliberações é coletiva, ou seja, é tomada pelos membros de forma democrática. São eles que decidem os rumos da produção, sobre a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica (Schiochet, 2011).

As definições referentes à ES são várias, neste trabalho, nos limitaremos aos conceitos definidos de forma coletiva pelos movimentos, discutido nos diversos fóruns, conferências e discussões, nos últimos anos, e fortemente influenciados pelas ideias de Paul Singer. Este conceito acabou por se consolidar no âmbito da própria SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, conforme apresentado no site oficial do MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, conforme abaixo:

“Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Considerando essa concepção, a Economia Solidária possui as seguintes características: Cooperação; Autogestão; Dimensão Econômica e Solidariedade” (Site do MEC).

Fonte: Site do MEC

3 - A Economia Solidária no Brasil

A Economia Solidária no Brasil é um fenômeno recente e surge do anseio dos movimentos sociais na redemocratização brasileira, como resposta dos trabalhadores, das trabalhadoras e comunidades pobres mobilizadas socialmente contra o desemprego e a pobreza, decorrente da crise do petróleo iniciada na década de 1970. O sistema capitalista impôs uma estagnação econômica às sociedades ditas periféricas, ou seja, nações em desenvolvimento sem condições de se imporem frente ao forte mercado global dominado pelos países desenvolvidos. No entanto, a Economia Solidária ganha maior visibilidade na década seguinte quando se incorpora de forma mais orgânica às potencialidades transformadoras expressas nas lutas dos movimentos populares. Assim a Economia Solidária passa, assim, a ser reconhecida em seu caráter emancipatório. Com uma agenda política sustentada em práticas econômicas concretas:

“começa a ganhar força pelo grande número de experiências associativas que passam a ser organizadas pelos trabalhadores, no campo e nas cidades, em distintos contextos econômicos e sociais, e também junto às experiências em empresas falidas ou em crise, recuperadas pelos trabalhadores; grupos e associações comunitárias de caráter formal ou informal; associações e cooperativas constituídas por agricultores/as familiares e assentados da reforma agrária; cooperativas urbanas (de trabalho, consumo e serviços); grupos de finanças solidárias, dentre outros. Frente a esse contexto, o movimento social da ES, no Brasil, organiza-se junto aos movimentos populares durante a redemocratização do país e ganha visibilidade a partir da década de 90” (Schiochet, 2011).

Neste sentido, a ES pode e deve ser entendida como uma resposta à questão social brasileira manifestada no acirramento dos conflitos e das contradições do processo democratizante, principalmente no período da formulação das propostas constituintes de 1988 (universalidade constitucional de direitos), onde os movimentos se radicalizaram para as conquistas dos direitos sociais e pela inclusão de suas demandas na agenda dos governos municipais, estaduais e federal.

É nesta conjuntura de desemprego, precarização, exclusão, desigualdade e da adoção das políticas neoliberais, que se torna hegemônica no início da década de 1990, que a ES se expande, principalmente pela crescente opção dos movimentos sociais, organizações populares, sindicatos e universidades por uma forma de luta social pautada na organização econômica das pessoas e grupos carentes de renda e direitos.

É importante salientar que, para o nível de institucionalização que a economia solidária conquistou até a presente data, foram anos de luta e de trabalhos árduos, que vão desde a participação no primeiro FSM – Fórum Mundial Social realizado no ano de 2001 em Porto Alegre (RS), onde foi constituído um GT-Brasileiro - Grupo de

Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, até a criação as SENAES- Secretaria Nacional de Economia solidária, em 2003, considerado um marco histórico da conquista dos movimentos da ES, e da constante luta dos conselhos em todos os níveis de governo, dos fóruns estaduais e regionais, das instituições de apoio/fomento que se travam até hoje *numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que tanto têm comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais* (FBES, 2003).

Determinadas circunstâncias podem abrir oportunidades para que novas questões possam entrar na agenda política. Distintos fluxos (de problemas, de políticas públicas e de emergência política) caminham normalmente separados até que se cruzam, abrindo, então, a janela de oportunidades para mudanças. As janelas de oportunidades são condições similares às conjunturas críticas para mudanças de agenda política tanto quanto para introdução de inovações institucionais. O autor defende que a adoção de uma idéia nova em um processo político de janelas de oportunidades é caracterizada por uma confluência de três condições: i) a relevância que adquire um problema em dado momento; ii) a existência de ideias que permitam modificar a compreensão do problema e/ou a forma de uma política pública e iii) uma situação favorável às mudanças no sistema político. Em outras palavras trata-se de um tempo curto, relativamente raro em que um conjunto de atores políticos se mobiliza para influir na definição e na formulação de alternativas, a partir de idéias já elaboradas, que supõe uma nova forma de abordagem dos problemas. De acordo com Kingdom, essas janelas poderiam ser classificadas em duas categorias, de acordo com o evento desencadeador das transformações nas políticas públicas, como: *“um novo problema público que captura a atenção dos funcionários do governo, e/ou uma mudança no sistema político”* (p.ex. a mudança de um governo). Esta última, contudo, seria mais comum que a primeira. (Kingdon, 1984 apud Bravin, 2008).

No caso brasileiro, as eleições presidenciais se conformaram como um momento decisivo para que a pressão dos atores envolvidos na institucionalização da economia solidária. A eleição do Presidente Lula, em 2002, abriu uma nova “janela” gerando oportunidades para que o GT-Brasileiro de Economia Solidária se organizasse para a reivindicação de propostas que efetivamente tornassem a ES uma política do Estado brasileiro³, pois ainda hoje é política, iniciada no governo Lula, que não foi ainda

³ Esta informação só foi inserida aqui para deixar claro que existe uma diferenciação, mas esta não será objeto de estudo deste trabalho.

regulamentada pelo Congresso Nacional. O projeto de regulamentação está em tramitação na Câmara Federal, até a presente data.

Com a vitória de Lula para a presidência do Governo Federal, no final de 2002, o GT-Brasileiro elaborou a Carta ao Governo Lula intitulada: “*Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento*”. Nesta carta o GT apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária. Este documento foi aprovado durante a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, realizada em São Paulo, no final do ano de 2002, contando com a participação de mais de 200 pessoas - entre trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos associativos, entidades de representação, entidades de assessoria/ fomento e gestores de políticas (FBES, 2002).

Importante salientar aqui que a ES foi uma estratégia política da sociedade civil, mas foi a partir da incorporação dela nas agendas dos governos das “forças democrático-populares” em cidades importantes como: Porto Alegre, São Paulo, Recife e Belém que a ES passou a ser incorporada à agenda das políticas Públicas locais. Assim, tais iniciativas passaram a ter uma maior visibilidade. Na segunda metade da década passada foram implementados os primeiros programas e ações governamentais de apoio a Economia Solidária, ainda muita restrita às preferências dos administradores municipais, ou seja, poucas prefeituras no Brasil incluíram políticas para a este segmento social.

A inclusão da ES nas ações governamentais explicitava a tensão entre o projeto neoliberal defendido pelos setores capitalistas dominantes e as questões sociais. A Economia Solidária exigia uma posição cada vez mais proativa dos governos, entre elas: compor equipes qualificadas de gestores, planejar ações de longo prazo, viabilizar a alocação de recursos e envolver-se na economia real das comunidades. De alguma maneira, podemos afirmar que as exigências da Economia Solidária “*contribuíram para a crítica das políticas neoliberais e a defesa da participação mais ativa do Estado no enfrentamento das questões sociais*” (Schiochet, 2011).

A formação da Rede de Gestores dessas políticas permitiu um aumento significativo da qualidade do debate e das práticas das agora denominadas “políticas públicas de Economia Solidária”. As trocas de experiências entre eles – saber o que estava sendo implementado nos Estados e municípios – foi primordial na construção do processo identitário do que se entende hoje como Economia Solidária. A realização de cursos e oficinas, por esta rede de gestores (ampliada com o apoio da SENAES)

permitiu a “*sistematização de documentos e declarações sobre os princípios, as diretrizes, as características, os instrumentos e a institucionalidade das políticas públicas de Economia Solidária*” (Schiochet, 2011). Este acúmulo de práticas e reflexões foi fundamental na elaboração do texto base da I Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2006. Com as deliberações desta Conferência as políticas públicas de Economia Solidária passaram, de forma definitiva, a compor a centralidade da estratégia política do movimento de ES no Brasil.

A criação da SENAES em 2003 e, posteriormente, a criação do CONAES - Conselho Nacional de Economia Solidária configuram uma nova institucionalidade para as políticas públicas de Economia Solidária no país.

III - O NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE O TRABALHO HUMANO DA UFMG E O PROEXT

1 - O Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano da UFMG

O NESTH - Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano da UFMG foi instituído pela Resolução 10/85 de 13 de dezembro de 1985, como Programa Interdisciplinar vinculado à FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inicialmente vinculado ao Conselho de Extensão, hoje extinto. A criação do NESTH foi norteada a princípio por dois objetivos:

i) possibilitar a interdisciplinaridade das pesquisas e atividades de extensão relacionadas com o mundo do trabalho e;

ii) estabelecer intercâmbios com instituições afins.

Desde a sua criação, vem realizando projetos de abrangência local e nacional, cursos de extensão, seminários internacionais, consultorias, conferências, contatos interinstitucionais com órgãos públicos, associações e sindicatos para promoção conjunta de atividades formativas, publicações e pesquisas. E Atualmente, conforme relatado no próprio site do Núcleo:

O NESTH se vê chamado a "intervir" nos chamados "mundos do trabalho", não só com estudos e pesquisas, mas com ações que visem acompanhar os homens e mulheres no trabalho, em intervenções psico-sociais de grupos, terapias no campo de doenças mentais, formação sócio-política e administrativa, transformação dos elementos materiais da situação do trabalho e organização do trabalho.

A proposta do Núcleo amplia-se no âmbito da UFMG, envolvendo professores de diversos Departamentos e Unidades, assim como funcionários e alunos interessados em projetos que privilegiam o "trabalho" como eixo central de análise, tornando realidade a complementariedade dos enfoques. Neste sentido, o NESTH é selecionado para constituir-se como laboratório associado junto ao CNPq, através da Pró-Reitoria de Pesquisa, se afirmando como núcleo consolidado. Dessa maneira, avança no sentido de atingir seu objetivo: dar corpo à produção científica acadêmica e estendê-la para além dos limites da Universidade (Site do NESTH: 2013).

Ao longo da sua história, o NESTH, vem atuando em 12 linhas de pesquisa, abaixo relacionadas, voltadas para o trabalho e os trabalhadores em duas vertentes, o OT - Observatório do Trabalho e o LTS - Laboratório de Tecnologia Social:

01 – Saúde e Trabalho;

02 – Relações de Trabalho e Formas de Gestão;

03 – Trabalho e Política;

04 – Tecnologia e Processo de Trabalho;

- 05 – História e Memória do Trabalho Urbano e Rural;
- 06 – Cotidiano dos Trabalhadores;
- 07 – A Construção do Sujeito Trabalhador (Representação e Ação);
- 08 – Gênero e Trabalho;
- 09 – Trabalho e Educação;
- 10 – Movimento Sindical: Estrutura e Dinâmica;
- 11 – Metodologias Participativas;
- 12 – Formação Profissional.

O OT, criado em 2005, é a vertente responsável pelas pesquisas voltadas ao universo do trabalho e trabalhadores, sempre norteado em diagnosticar as condições de trabalho que possam produzir mais doença que saúde, mais precariedade do que direitos e ressaltando a dinâmica etico-emancipatória das pesquisas relacionadas com a produção da autonomia dos trabalhadores, buscando promover a construção, junto com os mesmos, da dignidade de sua atividade, o que depende do reconhecimento de direitos. O OT tem procurado:

- Criar indicadores de certificação e monitoramento de cadeias produtivas que incluam a participação de trabalhadores em autogestão, destacando as relações de trabalho (organização, condições, saúde, produção de direitos e melhoria das condições sócio-econômico-culturais);
- Somar esforços e parcerias na identificação e combate aos casos de exploração de mão de obra precarizada e semiescrava (2005–Parceria com Observatório Social da CUT – Cadeia do Carvão Vegetal);
- Desenvolver metodologias com foco na produção coletiva do conhecimento, que facilitem a mobilização política no âmbito local. (Projeto Agenda 21 no setor mineral. MME/PNUD. 2007-09 e Diagnóstico Participativo Sócio-Econômico-Cultural das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais. SEDESE-MG. 2007-08);
- Estabelecer mecanismos de colaboração e intercâmbio de tecnologias sociais através de parcerias internacionais, de que é exemplo o convênio com o Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas de Habana/Cuba e com o Gruppo di ricerca Corresponding Society on Contemporary Compulsory Labour da Universidade de Pádua/Itália.

A criação do LTS, em 2006, segunda vertente do NESTH, cujo objetivo é apoiar e promover a experimentação de metodologias emancipatórias voltadas para a promoção da autogestão no mundo do trabalho. Nesta perspectiva de atuação, o Núcleo ressalta a necessidade de se refletir, criticamente, com os trabalhadores dessas novas formas de organização da produção, haja vista que as mesmas envolvem relações de trabalho não regulamentadas. O LTS tem procurado:

- Fortalecer o movimento social e as políticas públicas de economia solidária, atuando de forma integrada com outros atores, com destaque para a participação nos conselhos gestores dos Centros Públicos de Economia Solidária de Belo Horizonte e Contagem E na co-execução do projeto Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sudeste, aprovado pela MTE/SENAES, além de participar, a cinco anos, da coordenação regional do Fórum Mineiro de EPS.
- Fortalecer e impulsionar a criação de organizações sócio–econômico–solidárias em duas frentes: i) ações diretas de incubação e montagem de cadeias produtivas e ii) disseminação de Tecnologia Social para a Incubadora NEVALES-UFVJM.
- Difundir a metodologia de incubação de organizações social, econômica e solidárias, que vem sendo concebida, implementada e avaliada por seus técnicos, para os parceiros do LTS;
- Disseminar a autogestão como alternativa de inclusão econômica e de acesso à cidadania e proporcionar uma troca de saberes entre universidade e trabalhadores;
- Desenvolver uma metodologia com foco em formação cidadã, processos sócio-psíquicos e produção de sociabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do potencial associativo e de mobilização para a autonomia dos trabalhadores;
- Articular o programa de incubação de organizações sócio-econômico-solidárias com as práticas acadêmicas e produção de conhecimentos na Universidade. Este objetivo está associado às linhas de pesquisa como “Engenharia da Produção Solidária” do curso de mestrado do departamento de Engenharia de Produção e cursos de pós-graduação, como o de Especialização em Políticas Públicas do Departamento de Ciência Política.

Não vamos nos ater aqui a todas as atuações do NESTH. O quadro a seguir mostra algumas destas atuações e as mais recentes, a título de ilustração.

2003/2006	PRONINC – PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES	MTE/SENAES
2006	PROJETO DE CAPACITAÇÃO EM COOPERATIVISMO NA MINERAÇÃO (COOPERMINAS) / PROGRAMA NACIONAL DE FORMALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO MINERAL	MME/SGM/IBEIDS
2005/06	PROJETO BRASIL MEU NEGÓCIO É TURISMO	PNUD/MME/ SGM/FRM
2007	INCUBADORA NEVALES (Núcleo de Economia Solidária do Vale do Jequitinhonha e Mucuri)	UFVJM MTE/SENAES
2007/2008	PROJETO INCLUSÃO PRODUTIVA DE JOVENS/CONTAGEM	PNUD/MDS/SNAS
2007/2008	PROJETO INCLUSÃO CIDADÃ/BELO HORIZONTE – AGLOMERADO DA SERRA	PBH/URBEL
2007/2009	PROJETO PILOTO DE APOIO E FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DA AGENDA 21 DO SETOR MINERAL	PNUD/MME
2010/2012	PROJETO INTEGRAÇÃO EJA-ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	MEC/SECADI
2011/2012	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, SOCIEDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA	MTE/SENAES/UFT
2011	AGRICULTURA FAMILIAR – BETIM	MDS
2011/2012	OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL EM CONGONHAS (MG)	PM CONGONHAS
2013	ESTUDOS PARA AVALIAÇÃO DO ESEMBARQUE PESQUEIRO E CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE PESCADORES DO RIO PARAÍBA DO SUL/ITAOCARA (RJ)	UHE/UFSJ/UFMG

Fonte: Arquivos do NESTH

Como o objeto deste trabalho é a Economia Solidária, quero salientar, a partir deste ponto, as atuações do Núcleo na Economia solidária e logo após os programas e projetos implementados via PROEXT.

O NESTH/UFMG foi responsável pela coordenação regional da pesquisa “Tendências da Economia Solidária no Brasil” (1998-2001), de âmbito nacional sob a coordenação do professor Paul Singer e, desde então, vem atuando em projetos relativos à economia solidária em Minas Gerais.

No ano de 2002, foi aprofundada a interlocução das ações em Economia Solidária do NESTH com o Departamento de Engenharia de Produção e o Programa Pólos de Cidadania, da Faculdade de Direito, que incluiu também a Faculdade de Ciências Econômicas, tendo como referência a execução conjunta do projeto do

CENAFOCO - Centro Nacional de Formação Comunitária, desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social da prefeitura de Belo Horizonte e Escola Sindical Sete de Outubro.

Foram então criadas as ações de apoio à economia solidária em curso na UFMG, com a criação da incubadora através do PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares da SENAES, em 2003. As pessoas que participaram do CENAFOCO foram a base da constituição de alguns dos grupos contemplados por este Programa.

Um dos grupos participantes do PRONINC foi o das “Artesãs da Serra” na Vila Cafezal do Aglomerado do Serra, em Belo Horizonte (MG). A partir das experiências e das ações desenvolvidas com estas Artesãs o NESTH foi convidado a desenvolver, através, do Programa VILA VIVA⁴, a formação de uma cooperativa de ES que mais tarde foi denominada: Cooperativa Arte do Ateliê da Serra, posteriormente recebeu da PBH, uma sede na Vila Fátima, neste mesmo aglomerado (NESTH, 2006/2009).

A convite da SEDESE – Secretaria de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, o NESTH, nos anos de 2007 a 2008, elaborou o diagnóstico Socioeconômico em 41 comunidades quilombolas do Estado. A partir da necessidade de formação e capacitação profissional, detectadas neste diagnóstico, a Superintendência de Política de Trabalho, Emprego e Renda, também vinculada à SEDESE, implementou o Projeto: Pesquisa e Implementação de Metodologia para Qualificação Profissional e Social de Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais. Foi neste projeto que o NESTH verificou a necessidade de continuidade dessas formações e as incluiu nos Editais do PROEXT/MEC, que vai ser o tema do capítulo VI, deste trabalho.

Completando esse histórico, deve ser ressaltado o repertório de experiência do NESTH em processos de qualificação profissional. Esta experiência culminou na co-execução regional do PNQ - Projeto Construção de um Modelo de Avaliação e Monitoramento do Plano Nacional de Qualificação (UNITRABALHO-MTE/2003 a 2006).

⁴ A origem do Programa Vila Viva, cujas primeiras obras tiveram início em 2005 no Aglomerado da Serra, está diretamente relacionada com o Plano Global Específico (PGE) de cada vila atendida. O plano é um estudo aprofundado da realidade das vilas e favelas de Belo Horizonte, com participação direta da comunidade. Este projeto é realizado em três etapas: levantamento de dados, elaboração de um diagnóstico integrado dos principais problemas da área em estudo e, por último, definição das prioridades locais e das ações necessárias para atendê-las.

2 - O NESTH e o PROEXT

Conforme relatado acima, o PROEXT foi interrompido em 1995 e só retomado em 2003. Mas, foi somente a partir do ano de 2010 que o NESTH concorreu aos editais do Programa, todos na temática de geração de trabalho e renda, através da incubação de empreendimentos econômicos solidários, dentro dos princípios da sustentabilidade e da autonomia, e teve aprovados todos os programas e projetos que apresentou, a partir desse ano.

Os quadros abaixo mostram a modalidade, o ano de aprovação e de execução dos projetos, os objetivos específicos e o geral propostos. Depois de cada um vou salientar as linhas de atuação, do NESTH, na implementação da política de Economia Solidária e sua relação com o Programa de Pesquisa e Extensão.

Antecipo que a metodologia dos quatro projetos é a participativa, baseada na pesquisa-ação. Uma metodologia que atua com a participação direta da população afetada pela implementação da política sempre voltada para horizontalidade dos saberes popular e acadêmica e fortemente pautada pelos princípios da democracia.

Título: TURISMO SOLIDÁRIO QUILOMBOLA EM TRÊS BARRAS - MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO/MG		
Modalidade: Projeto	Aprovado em: 2010	Executado em: 2011
Objetivo Geral: Capacitação profissional de jovens em “Gestão de Empreendimentos Solidários Rurais Quilombolas”, com vistas à formação de uma entidade associativa de produção comunitária, que possibilite a geração de renda para população local, orientada pelos princípios da economia solidária e voltada para o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e culturais do território e conscientização sobre aspectos de preservação ambiental.		
Objetivos Específicos: <ul style="list-style-type: none">• Promoção de um curso profissionalizante em ecoturismo;• Criação de uma associação/cooperativa em Três Barras, com a missão de preservar e explorar solidariamente os recursos eco turísticos da região;• Elaborar diagnóstico eco turístico da Comunidade de Três Barras, com a participação da população local;• Construir Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Três Barras;• Estimular o protagonismo socioambiental na comunidade.		

Fonte: Arquivos do NESTH

Título: **PROGRAMA DE ESTÍMULO À ECONOMIA SOLIDÁRIA EM
COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

Modalidade: Programa

Aprovado em: 2011

Executado em: 2012

Objetivos Específicos:

- Promoção de um curso profissionalizante em economia solidária.
- Criação ou fortalecimento de associações e/ou cooperativas que atendam cada comunidade contemplada nos projetos, com a missão de preservar e explorar solidariamente os recursos naturais e culturais das regiões.
- Elaborar diagnóstico ambiental comunitário nas localidades trabalhadas em cada projeto, com a participação das populações locais.
- Construir Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Sustentável das comunidades.
- Estimular o protagonismo socioambiental nas comunidades.

Fonte: Arquivos do NESTH

Existe uma lógica nos objetivos e nas ações do Núcleo na implementação dos projetos. Nos dois projetos, acima, voltados para a questão do Turismo Solidário e a Economia Solidária, respectivamente, a linha de atuação foi mais a pesquisa, voltada para o levantamento de dados sociais, econômicos e ambientais para a elaboração de um diagnóstico eco turístico da região.

A extensão, propriamente dita, se deu tanto no curso de formação profissional e nas reuniões. Reuniões essas sempre com o objetivo de estimular a participação política da comunidade.

No projeto abaixo, foram as ação mais ligadas à Extensão Universitária, haja vista a forte presença de ações destinadas a formação técnica, à criação de Fóruns e Conselhos, estimulando o protagonismo social e ambiental “*através de ações voltadas para o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e culturais do território e conscientização sobre aspectos de preservação ambiental*” (NESTH: 2012)

Título: PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS		
Modalidade: Programa	Aprovado em: 2012	Executado em: 2013
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Fortalecer as ações iniciadas em projetos anteriores de jovens e adultos em Empreendimentos Solidários Rurais Quilombolas, estimulando o empoderamento político e social dessas comunidades, através de ações voltadas para o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e culturais do território e conscientização sobre aspectos de preservação ambiental.</p>		
<p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação técnica de jovens e adultos nos empreendimentos de economia solidária nas áreas de: Agricultura Familiar, artesanato local e culturais; • Fortalecimento de associações e/ou cooperativas que atuem nas comunidades contempladas e estiveram participando do programa Proext 2012; • Ampliar e realimentar diagnóstico ambiental comunitário nas localidades trabalhadas, com a participação das populações locais; • Executar Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Sustentável das comunidades; • Fortalecer o protagonismo socioambiental nas comunidades; • Estimular a criação de Fóruns Locais e Regionais de Economia Solidária; • Estimular a Criação de Conselhos Municipais Quilombolas. 		

Fonte: Arquivos do NESTH

No projeto: Construção de Rede e Dinamização da Economia Solidária em Comunidades Quilombolas, que será executado no próximo ano (2014). Pode-se perceber que a Preocupação do NESTH é mais voltada para a geração de renda através de ações voltadas para a comercialização dos produtos e serviços desenvolvidos, juntamente com as comunidades, nos programas anteriores. Com a implementação desse programa espera-se aproximar essas comunidades dos grupos que atuam com a Economia Solidária, tanto os formais como as redes de confecção, artesanato, alimentação, agricultura familiar, etc. quanto os Institucionais como os Programas de acesso às compras governamentais.

A Escolha das comunidades quilombolas pelo NESTH como público alvo destas políticas é justificada por serem um segmento social que sofrem vários tipos de exclusão, motivadas por vários fatores: raciais, sociais, históricos, geográficos, entre outros. As políticas que chegam até essas populações são deficitárias em sua grande maioria e os potenciais socioeconômicos são subaproveitados e subdesenvolvidos.

Título: CONSTRUÇÃO DE REDE E DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

Modalidade: Programa

Aprovado em: 2013

Execução em: 2014

Objetivos:

- Estruturação de espaços físicos e equipamentos voltados à comercialização;
- Articulação para constituição de Rede de Cooperação entre os empreendimentos;
- Formação para o comércio justo e solidário;
- Assessoria técnica e gerencial para melhoria das atividades produtivas;
- Estudos de oportunidades e estratégias de acesso ao mercado;
- Orientações e assessoramento sistemático para acesso às compras governamentais (incluindo PAA, PNAE etc.).
- Apoio a processos de certificação sócio participativa no âmbito do SCJS;
- Promoção de Feiras de Economia Solidária sejam eventuais ou permanentes, enquanto processos organizativos da economia solidária, com o objetivo de promover e estimular o consumo de bens e serviços produzidos pelos empreendimentos de economia solidária

Fonte: Arquivos do NESTH

A regularidade do PROEXT pode ser constatada com os programas e projetos, desde a sua retomada em 2003 até a presente data. E em alguns anos foram lançados até mesmo mais de um edital com a inclusão de um programa específico para as cidades: PROEXT MEC/Cidades. A própria atuação do NESTH neste Programa também é evidência dessa regularidade.

É importante, também, observar que os objetivos dos programas implementados pelo NESTH estão todos, intrinsecamente, vinculados com os princípios da Economia Solidária, das instituições brasileiras, dos movimentos sociais e das universidades.

Desde a aproximação do NESTH, através do Diagnostico das 41 comunidades quilombolas e dos cursos de formação ministrados, com os quilombolas, o Núcleo tem sistematicamente priorizado essas comunidades nos Programas de Extensão. As ações deste Núcleo e os resultados das pesquisas estão disponíveis em um livro, recém-publicado, intitulado: Quilombolas de Minas Gerais: Uma Metodologia de Resgate de Identidade, que muito contribuiu para este trabalho.

CONCLUSÃO

Apesar dos fortes avanços à Institucionalização da ES, com a criação da SENAES, no início do mandato do Presidente Lula, muito ainda pode e tem que ser feito para que o atual e os futuros Governos introduzam, como prioridades, a economia solidária nas políticas públicas, nos três níveis de Governo: Federal, Estadual e Municipal.

Torna-se necessário que os movimentos sociais ligados a esta temática, como os Fóruns e Conselhos cobrem desses governos ações de maior amplitude nas áreas de formação, capacitação e de financiamentos às políticas de Economia Solidária, e principalmente da Frente Parlamentar de apoio a uma rápida regulamentação dessas políticas. A falta de regulamentação específica pode ser uma das causas da fragilidade das ações voltadas para o setor.

Muitas das ações implementadas para a produção, comercialização e divulgação da ES são frutos da vontade e determinação dos atores envolvidos, que têm por praxe, o financiamento por conta própria ou com pouca, e às vezes nenhuma, ajuda das Instituições governamentais para a realização de Feiras, Congressos, Seminários e etc.

O potencial de inclusão social da ES na geração de renda e na conquista de direito é muito expressivo, mas é pouco provável que ele seja significativo enquanto no Governo e na própria sociedade os nossos valores sociais forem pautados pela lógica capitalista de mercado que é excludente e predatório já na sua concepção, assim cabe aos trabalhadores estarem sempre organizados e numa luta continua para a consolidação das políticas que atendam sua demanda, pois só com luta e mobilização é que se podem almejar conquistas presentes e futuras.

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego muito contribuiu para que este Ministério, e outras agências governamentais na mudança dos paradigmas do conceito de trabalho na Brasil, que sempre estivera estruturado na sua formalidade, ou seja, trabalho assalariado e do emprego com carteira assinada. O reconhecimento do MTE de outras formas de trabalho foi uma decisão importante por situar as políticas da ES enquanto uma política de trabalho voltada para o trabalho associado, coletivo e autogestionário. Se por um lado esta decisão é positiva para o reconhecimento dessas novas formas de trabalho, por outro ainda não se efetivaram políticas de equiparação de direitos, uma vez que apenas o

trabalho formal tem políticas de proteção social do trabalhador, como: Licenças de saúde, fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), auxílio desemprego, etc.

Outro problema, relativo à falta de políticas de proteção social dos trabalhadores da economia solidária, é que esses trabalhadores correm o risco de, em um futuro próximo, apenas formarem um exército de mão de obra informal, precarizada, sem acessos ao mercado formais e cada vez mais excluídos socialmente.

BIBLIOGRAFIA

ABENDROTH, Wolfgang. **A História Social do Movimento Trabalhista Europeu**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1977 (Trad. Ina de Mendonça).

BRAVIN, F P. **Política e Ação Pública: Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Dissertação de Mestrado/UNB – Brasília, 2008.

FBES – **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**, site oficial: <http://www.fbes.org.br/> acesso em OUT/2013.

MIRANDA, G L e RICCIO, F (Orgs.). HORTA, C R et al. **Quilombolas de Minas Gerais: Uma Metodologia de Resgate de Identidade**. Ed. Usina do Livro. Belo Horizonte, 2013.

NESTH. **História e Memória** do in Site oficial do Núcleo in: <http://www.fafich.ufmg.br/nesth/historico.html> acesso em NOV/2013.

NOGUEIRA, M D P. **Política de Extensão Universitária**. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2005.

O QUE É ECONOMIA SOLIDÁRIA. Site oficial do MTE in: <http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria> acesso em 04/11/2013

PROGRAMA VILA VIVA: **Integração das Vilas às Cidades**. In: <http://portalpbh.pbh.gov.br> acesso em NOV/2013.

PROJETO: **Sistematização e Análise da Política Pública de Economia Solidária** in relatório: Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010. MTE/SENAES. Brasília: JUN/2012.

RELATÓRIO DO FORPROEXT – Fórum de Pré-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus-AM, Maio de 2012. Redação Final: Geralda L. Miranda e Marias das Dores P. Nogueira – UFMG.

SCHIOCHET, Valmor. **Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios** in BENINI, E A et al. (Orgs.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária - volume I - 1ª edição**. Outras Expressões. São Paulo, 2011.

SCHWENGBER, Ângela. **Diretrizes para uma Política Pública de Economia Solidária no Brasil: A Contribuição da Rede de Gestores** in: <http://portal.mte.gov.br/data/files> acesso em NOV/2013.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 4ª Ed – Fundação Perseu Abramo: São Paulo, FEV/2010.